

**CONTEÚDOS TRABALHADOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM
ALUNOS DA APAE DE CINCO MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE
SANTA CATARINA**

SUBTÍTULO DO ARTIGO CIENTÍFICO

**CONTENTS WORKED IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES WITH APAE
STUDENTS FROM FIVE MUNICIPALITIES IN THE SOUTH REGION OF THE
STATE OF SANTA CATARINA^I**

Roberto Natanael Ferreira^{II}

Carolina Barbosa da Silva^{III}

Resumo: A educação especial na política educacional brasileira, por muito tempo, foi atribuída como assistência aos deficientes e não como educação de alunos. Atualmente o conhecimento sobre inclusão na educação é relativamente novo, porém regido pelas instituições. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, movimento pioneiro no Brasil, criado para prestar assistência médico-terapêutica às pessoas com deficiência intelectual é uma instituição que não possui diretrizes norteadoras específicas para aplicar com seus alunos nas aulas de educação física. Percebendo esses fatores, este trabalho tem por objetivo geral, verificar o conteúdo aplicado nas aulas de educação física nas fundações APAE nas cidades de Orleans, Braço do Norte, Gravatal, Tubarão e Criciúma, através de uma pesquisa qualitativa do conteúdo imposto aos alunos dessas instituições. E como objetivos específicos: identificar o perfil dos profissionais de educação física que trabalham nesses locais; relatar as dificuldades enfrentadas para ministrar as aulas e avaliar o nível de conhecimento desses profissionais sobre a Educação Física Adaptada - EFA. A coleta dos dados foi realizada através da aplicação de um questionário aos Profissionais de Educação Física destas instituições, contendo treze perguntas, objetivas e discursivas, a respeito do perfil do profissional e desenvolvimento das aulas. Concluiu-se que os entrevistados nesse estudo, seguem sua própria metodologia, baseando-se nas experiências adquiridas e necessidades, e não possuem uma diretriz unificada a ser seguida, utilizando-se de pesquisas científicas e de situações vivenciadas nas suas próprias aulas.

Palavras-chave: Educação Física Adaptada, Inclusão, Conteúdo.

I Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Educação Física da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. 2020.

II Acadêmico do curso de Educação Física da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: natafutsal@hotmail.com.

III Mestre em Educação – Universidade do Sul de Santa Catarina. Professora Carolina Barbosa da Silva. Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

Abstract: Special education in Brazilian educational policy, for a long time, was attributed as assistance to the disabled and not as education of students. Currently, knowledge about inclusion in education is relatively new, but governed by the institutions. The Association of Parents and Friends of Exceptional People - APAE, a pioneering movement in Brazil, created to provide medical and therapeutic assistance to people with intellectual disabilities is an institution that does not have specific guidelines to apply with its students in physical education classes. Realizing these factors, this work has the general objective of verifying the content applied in physical education classes at APAE foundations in the cities of Orleans, Braço do Norte, Gravatal, Tubarão and Criciúma, through a qualitative research of the content imposed on students of these intuitions . And as specific objectives: to identify the profile of physical education professionals who work in these places; report the difficulties faced to teach classes and assess the level of knowledge of these professionals about Adapted Physical Education - EFA. Data collection was carried out by applying a questionnaire to physical educators at these institutions, containing thirteen questions, objective and discursive, regarding the professional's profile and the development of classes. It was concluded that the interviewees in this study, follow their own methodology, based on the acquired experiences and needs, and do not have a unified guideline to be followed, using scientific research and situations experienced in their own classes.

Keywords: Adapted Physical Education, Inclusion, Content.

1 INTRODUÇÃO

Estudos demonstram o pouco conhecimento a respeito de pessoas com algum déficit intelectual, motor, cognitivo, e dentre os motivos a falta de divulgação e de políticas de conhecimento para o público podem ser destacados. (PLETSH, 2012). A Educação Especial na política educacional brasileira, desde o final da década de cinquenta, até os dias atuais, tem sido vista como uma parte indesejável e, muitas vezes, atribuída como assistência aos deficientes e não como educação de alunos que apresentam deficiência. As instituições de ensino público e privado excluía essas pessoas dos processos de ensino e aprendizagem que ofereciam à população escolar (MENDES, 2006; CARVALHO, CARVALHO e COSTA, 2011).

A abordagem que iniciou a pouco tempo, tem sido então algo inovador para o conhecimento da sociedade, norteador de fato a educação para pessoas com alguma necessidade especial. As primeiras experiências vieram concretizadas dos Estados Unidos e Europa em meados no século XIX. Para Mazzotta (2003) a inclusão da "educação de deficientes", da "educação dos excepcionais" ou da "Educação Especial" na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década

de sessenta no século XX, em tempos bastante tardios.

Em 1954 no Rio de Janeiro, Beatrice e George Bemis, diplomatas viram a necessidade de fundar uma entidade de acolhimento, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, movimento pioneiro no Brasil para prestar assistência médico-terapêutica às pessoas com deficiência intelectual. Essa instituição por sua vez não segue uma diretriz ou uma norma para que sejam aplicadas com seus alunos nas aulas de educação física, e não possuem um currículo específico. Sendo assim cada instituição cria seu próprio programa de ensino para seus alunos. (CARVALHO, CARVALHO e COSTA, 2011).

Percebendo esses fatores, este trabalho tem por objetivo geral, verificar o conteúdo aplicado nas aulas de educação física das fundações APAE de Orleans, Braço do Norte, Gravatal, Tubarão e Criciúma. E como objetivos específicos: identificar o perfil dos profissionais de educação física que trabalham nesses locais; relatar as dificuldades enfrentadas para ministrar as aulas e avaliar o nível de conhecimento desses profissionais sobre a Educação Física Adaptada - EFA.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa quanti-qualitativa foi realizada numa população de professores de educação física, uma amostra total de 5 professores, que atuam em fundações APAE dos municípios de Orleans, Braço do Norte, Gravatal, Tubarão e Criciúma, para avaliar quais conteúdo são aplicados em aula, utilizando uma abordagem qualitativa com levantamento de dados.

A coleta de dados foi realizada através de um questionário semi-estruturado, aplicado no período de março à maio de 2020, com agendamento prévio, contendo 13 perguntas sendo 6 delas objetivas e 7 descritivas que abordaram a respeito do perfil profissional e desenvolvimento das aulas, entregues em folhas A4, que foram respondidas a caneta entre 15 a 30 minutos. Os critérios de inclusão foram os profissionais que assinaram o termo de consentimento, preencheram corretamente todas as questões. Como critérios de exclusão os profissionais que se recusaram a assinar o termo de consentimento, deixaram alguma questão do questionário de fora ou rasuraram o questionário. Em virtude da pandemia, COVID 19, a coleta de dados inicialmente foi presencial antes do decreto e via e-mail após o decreto.

Após o período da coleta, foi realizado uma análise das respostas obtidas, para a apresentação dos resultados. Os riscos que esta pesquisa poderia trazer aos entrevistados era

constrangimento dos participantes. Para minimizar este risco, o participante não precisou se identificar. Os benefícios serão de grande valia pela contribuição da pesquisa, pois existem poucos trabalhos que abordam o tema atualmente.

Os resultados foram reunidos de forma detalhada, discutidas com autores através de interpretação das respostas em tabelas e apresentados de maneira descritiva, sendo agrupadas as respostas por categorias.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização das entrevistas, foi possível obter os seguintes resultados quanto ao perfil dos profissionais entrevistados, conforme consta no quadro 1, abaixo:

Quadro 1: Dados do perfil dos professores da APAE entrevistados no ano de 2020.

Sexo	Feminino 3	Masculino 2	
Idade	43, 29, 31, 30, 46	Entre 29-46 anos	Idade média 35,8 anos
Tempo graduado	19,9,11,7,9	Entre 7-19 anos	Tempo médio 11 anos
Tempo serviço na APAE	10, 4, 10 ,5 ,25	Entre 4-25 anos	Tempo médio 10,3 anos

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Segundo dados obtidos na pesquisa, entre os 05 entrevistados 3 deles eram mulheres e 2 eram homens. Segundo Proni (2010), a prevalência relatada em seu trabalho foi maior de profissionais no sexo masculino, com emprego formalizado seguido do feminino, contrariando dados desta pesquisa. Acredita-se que isto se deu pelo fato desta amostra ser menor que a do trabalho citado.

Outro fator que pode ser destacado é a idade dos entrevistados, a maioria dos entrevistados é de maior faixa etária com média de idade de 35,8 anos de idade. Ainda no seu estudo, Proni (2010) destacou a região sul do país, especificamente em Santa Catarina, mais profissionais jovens (até 24 anos) comparado à outras regiões, não corroborando também com os resultados desse estudo, (18,6%), seguido do estado Amazonas (16,2%), assim como a baixa porcentagem em Pernambuco (5,1%) e na Bahia (7,4%). Da mesma forma os profissionais com 50 anos ou mais representavam 15,5% em Goiás e apenas 2,6% no Distrito Federal. Na região centro-oeste a idade média dos professores foi elevada, se equiparando às encontradas nesse estudo.

Quadro 2: Respostas obtidas dos professores da APAE entrevistados no ano de 2020.

Teve alguma disciplina da EFA na graduação?	Sim para todos.		
Acreditam que ele foi/é importante?	Sim para todos.		
Realizou cursos na área, após a graduação?	Sim para todos.		
Se sente preparado para ministrar as aulas?	Sim para todos.		
Segue alguma diretriz no planejamento das aulas, qual?	SIM 3	NÃO 2	Planejamento próprio 2 BNCC 2 Currículo funcional 1

Analizamos também o tempo de formação na área de educação física licenciatura e o tempo médio dos professores entrevistados foi de onze anos. Na área de educação física, a partir dos anos 80, muitos cursos de graduação incluíram em sua grade uma disciplina específica tratando das adaptações de programas para pessoas com deficiência (PEDRINELLI e VERENGUER, 2013), desta forma, pode-se identificar que ambos tiveram na sua grade curricular alguma unidade de aprendizado que abordasse educação física adaptada, como previsto e como mostram os resultados dessa pesquisa.

3.1 Quanto à importância da inclusão das disciplinas de educação física adaptada

Quando questionados se eles acreditam que a inclusão dessas disciplinas na graduação seja importante, todos os entrevistados acreditam que essa disciplina é importante na sua formação como profissional. A média de tempo de serviço nas APAES foi de 10,3 anos, por essa perspectiva supõe-se que os entrevistados possuem conhecimento sobre as atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física das APAEs, além de possuírem compreensão das especificidades e particularidades de seus alunos.

3.2 Quanto a formação continuada

Quando questionados a respeito da formação continuada, todos os entrevistados responderam que buscaram e buscam ainda, sempre que possível, realizar cursos, participar de congressos, simpósios e palestras na área da educação especial. O entrevistado A relatou que fez o curso Educação Especial e Educação Física na Perspectiva da Educação Inclusiva: DI, TEA e TDAH, promovido pela Fundação Catarinense de

Educação Especial (FCEE), no ano de 2017. A FCEE é a primeira instituição pública estadual do Brasil responsável pela definição e coordenação de políticas de Educação Especial, criada em maio de 1968 e vinculada à Secretaria de Estado da Educação, beneficia milhares de pessoas em todo o Estado atendidas por meio de políticas públicas que visam a sua inclusão na sociedade com qualidade de vida (FCEE, 2020).

O entrevistado **B** relatou que após as suas graduações fez uma complementação em Educação Especial que o habilitou como graduado em educação especial inclusiva, no ano de 2008. Atualmente, tem participado de cursos de capacitação promovido pela FCEE, seminários, simpósios, tanto como ouvinte e como palestrante, realizou alguns cursos feitos pela plataforma do MEC (Ministério da educação e cultura) na área de educação especial.

O entrevistado **C** relatou que cursou pós graduação em educação especial e língua brasileira de sinais no ano de 2014 e participa anualmente de diversos simpósios, congressos e cursos de extensão na área. O entrevistado **D** relatou que fez poucos cursos na área de educação especial, destacou a participação do SEMEIA (Seminário De Educação Inclusiva e Acessibilidade) e alguns cursos de curta duração promovidos pela FCEE, CREF (Conselho regional de educação física) e ALESC (Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina). O entrevistado **E** informou que não fez cursos na área de educação especial ainda, pois trabalha há pouco tempo na área especial e não conseguiu conciliar com a rotina das outras escolas regulares que leciona.

Para Borella (2010) é importante essa estruturação da educação física adaptada, tanto do ponto de vista de acadêmicos como de profissionais. Visto que, a educação física está numa constante transformação, reestruturando toda a sua área de atuação e também pelo aumento da demanda por programas, serviços e produtos ligados ao universo das pessoas com deficiência e ainda pela necessidade de se trabalhar em equipes múltiplas. O que ressalta ainda mais a importância já pensada a respeito da formação continuada.

3.3 Quanto ao incentivo à formação continuada

Todos os entrevistados relataram que as APAES e seus gestores incentivam suas participações em cursos, aulas e demais tipos de aprimoramento na área de Educação Física Adaptada (EFA), mas todos os entrevistados acreditam que falta incentivo e iniciativa para formação continuada, por parte do poder público e privado. O entrevistado **A**, por exemplo, relatou que a APAE sempre os informa quando a FCEE tem algum curso de extensão, porém acredita que são ainda poucos na área. Já o entrevistado **B** trouxe um relato mais abrangente, os incentivos para capacitação por parte poder público são os da plataforma do MEC,

ALESC e da FCEE.

O entrevistado C comentou que todos os anos a primeira semana de recesso de julho é dedicada a cursos de aperfeiçoamento sobre algum tema relacionado a Educação Especial, esse é o ponto de convergência a ser discutido, a falta de investimento, incentivo e informação que os profissionais de educação física das APAES sentem necessidade e é nítida. O entrevistado D destacou que na cidade em que atua há liberação do profissional para realizar 1 curso de sua área por semestre e esses cursos quase sempre são por conta dos professores interessados. O entrevistado E informou que pelo fato de estar a pouco tempo atuando na educação especial, soube de alguns cursos mas não conseguiu participar.

Os cursos de pós graduação e capacitações citados neste trabalho, segundo os entrevistados, foram custeados pelos mesmos, embora tenham citado que existem encontros, palestras ou cursos de curta duração promovidos pela iniciativa pública para obterem mais conhecimento às aplicabilidades dos seus alunos. Todos os professores que participaram desta pesquisa destacaram a importância de realizar uma capacitação intensiva para ministrar e compreender as necessidades ao lecionar na educação especial.

Assim, percebe-se como os profissionais mesmo com toda dificuldade ainda procuram buscar novos conhecimentos, pois entendem a importância de estarem preparados para ministrar suas aulas e aplicar avanços em cada necessidade dos seus alunos, entretanto acredita-se que nem todos os professores a nível nacional possam investir em sua própria formação, necessitando de algum tipo de incentivo para melhoria das aulas e aplicabilidades.

A falta de recurso sempre foi um grande entrave para o desenvolvimento dessa área específica da educação, no ano de 1988 registrado no relatório da UNESCO e marcou a Educação Especial no Brasil, através da declaração feita por Salamanca, fruto da "Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade", ocorrida na Espanha, em 1994: “A experiência, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, indica que o alto custo das escolas especiais supõe, na prática que só uma pequena minoria de alunos [...] se beneficia dessas instituições... [...] Em muitos países em desenvolvimento, calcula-se em menos de um por cento o número de atendimentos de alunos com necessidades educativas especiais. A experiência [...] indica que as escolas integradoras, destinadas a todas as crianças da comunidade, têm mais êxito na hora de obter o apoio da comunidade e de encontrar formas inovadoras e criativas de utilizar os limitados recursos disponíveis” (UNESCO, DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 24-25).

Essa declaração enuncia que diante do alto custo em manter instituições especializadas, as escolas comuns devem acolher todas as crianças independentes de suas

condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outros. Dessa forma, percebemos que a questão financeira é o fundamento de nossa dificuldade na educação especial e todo tipo de problemas com investimento destinados a essa área.

3.4 Quanto a autopercepção do preparo para ministrar as aulas

Todos os professores alegaram sentirem-se preparados para ministrar as aulas nas APAE, julga-se que seja pelo tempo de formação e experiência relatada da área, o que traz mais confiança ao profissional. Conforme relatos do questionário, o tempo de exercício na APAE, possibilitou vivências diárias, aprendizados com base em erros e acertos, fez com que eles adquirissem uma bagagem, facilitando que atualmente implementem aulas acessíveis e resolutivas, onde conseguem visualizar a evolução e os ganhos destes alunos em suas particularidades.

Segundo, Silva e Bankoff (2010) a alta percentagem de tempo consagrado aos conteúdos e às atividades de ensino estão mais diretamente relacionadas com aprendizagem. Dessa forma, é possível concluir que quanto mais tempo estamos a frente de determinada atividade, nesse caso o planejamento dessas aulas adaptadas, mais é possível aprimorar uma didática que contemple a todos, trazendo um resultado positivo.

3.5 Quanto a forma de planejar e executar as aulas

Quando questionados quanto à forma de planejar as aulas e se seguem alguma diretriz houve uma diversidade de respostas. O entrevistado **B** relatou que o seu planejamento é discutido entre outros colegas da área que trabalham na mesma instituição, e que apesar de possuírem um planejamento próprio baseado nas suas necessidades eles utilizam o currículo funcional natural e documentos norteadores que recebem da FCEE, além de livros, artigos, sites e adaptações à própria realidade por eles vivida. Por outro lado, o entrevistado **C** descreveu que as instituições tem um plano individual, assim como seu planejamento é próprio, e baseado nele são feitos semestrais ou anuais. No início do ano é definido um tema e as atividades são norteadas por ele. Dessa forma os exercícios, atividades físicas são formadas e executadas conforme as condições de aluno. Atividades e aulas com o coletivo e quando necessário o atendimento individualizado para o aluno que precisar dessa metodologia.

O entrevistado **A** possui metodologia diferente daquelas anteriormente citadas pelo entrevistado B e C, ele relata que utiliza uma metodologia que tem como seguimento o currículo funcional, que é uma proposta defendida para a educação desses alunos desde a década de oitenta, considera em suas práticas pedagógicas aspectos importantes para o

processo de inclusão, desenvolvimento de habilidades funcionais vinculadas a qualidade de vida e a adequadas a idade cronológica, oportunizam a participação efetiva dos pais e priorizam atividades que facilite o desenvolvimento das tarefas do seu cotidiano.

O entrevistado **D** nos relatou que há 10 anos quando iniciou na educação especial foi orientado a realizar o planejamento nos mesmos moldes do ensino regular, apenas utilizando modificações e adaptações quando necessário. Após alguns anos a coordenação pedagógica resolveu seguir a BNCC (Base nacional comum curricular), dentro da realidade por eles vivenciada na APAE. E assim foi realizado, trabalhando esporte, ginástica, dança e jogos. Ele relatou “mesmo mudando a base de planejamento, nosso método de trabalhar não mudou muito”. O entrevistado **E**, também informou que utiliza a BNCC como base para realizar seus planejamentos. Acredita que “padronizar o ensino no país faz com que todos trabalhem os mesmos assuntos, no mesmo tempo”.

Dessa forma pode-se perceber que não existe um senso comum sobre a diretriz a ser seguida para trabalhar na educação especial na EFA. Cada professor tem seu método baseado nas suas vivências e realidades. Mas há necessidade da capacitação profissional para atender as demandas educacionais dos alunos especiais. O Currículo Funcional Natural se originou no início da década de 1970, primeiramente utilizado para crianças “normais” na faixa etária de 4-5 anos. Com ele, pretendia-se que as crianças aprendessem habilidades que as ajudassem a adaptar-se da melhor forma em seu ambiente. A partir dele estava surgindo um novo tipo de currículo, que inicialmente não foi direcionado para crianças com necessidades educacionais especiais, que um pouco mais tarde foi modificado e aplicado para este fim (NASCIMENTO et al; 2011).

Dessa forma, entende-se que os professores que seguem o currículo funcional natural buscam desenvolver habilidades no seu dia a dia para conduzir seus alunos, visando contribuir para sua independência e autonomia.

O Plano Educacional Individualizado (PEI), está presente em outros países como Estados Unidos e Europa, e se constituem como prática no atendimento a alunos com necessidades especiais (CRUZ, MASCARO e NASCIMENTO, 2011). Inclusive, a literatura destaca que nesses países o PEI é um dispositivo educacional previsto em lei e todos são orientados a utiliza-lo como suporte para a educação (VALADÃO, 2010).

Em nosso país essa proposta vem sendo apresentada como uma estratégia de ensino para nortear as ações pedagógicas dos professores, e contribuir para a inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas regulares de ensino (VIANNA, 2011; KEMPINSKI, TASSA e CRUZ, 2015). Assim, aqueles que trabalham com o PEI nas

APAES, o desenvolvem pela própria instituição, definem anualmente um tema para nortear as atividades que poderão contribuir para familiarização dos alunos as atividades comuns.

No Brasil, a BNCC trouxe como consequência um período de políticas públicas sociais e educacionais que contemplam os grupos desprivilegiados gradualmente. Dessa forma, entende-se que os entrevistados que relataram utilizar a BNCC, seguem a diretriz do currículo no ensino regular, mais com modificações para a inclusão destes alunos, como citado. Apesar do avanço dos movimentos e políticas públicas, o tema em questão ainda representa um grande desafio para todos que estão envolvidos no processo escolar. No ano de 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei de nº 13.146/2015 objetivando assegurar e promover, a igualdade e os direitos destinados a pessoa com deficiência viando a inclusão e o exercício da cidadania (BRASIL, 2015).

É perceptível que ainda assim para trabalhar na educação especial em destaque na EFA, os professores veem dificuldade por não terem respaldo e confiança, por conta das mudanças nos modelos de ensino e a falta de uma diretriz específica para este fim, há uma complexidade metodológica para o atendimento desses alunos, tornando, por vezes, a prática do professor insegura e, conseqüentemente, exigindo desses profissionais uma preparação mais elaborada e custeada individualmente para lidar com a diversidade dos alunos (DUEK, 2014).

Acredita-se que a metodologia utilizada nas aulas é positiva, visto que todos os entrevistados relataram que percebem evolução dos quadros de déficit do aluno ao longo das aulas. Houve relatos em que no período que alunos estiveram em suas aulas foi possível evoluírem dentro de suas limitações individuais, por mais que seja um processo lento (NETO, JESUS e ANJOS 2016).

3.6 Quanto a percepção da evolução dos alunos

O comportamento motor foi citado como mais complexo e difícil de resultados significantes em curto prazo. Já o comportamento afetivo é bem visível e melhorado com as vivências entre os colegas. O desenvolvimento corporal se constrói através de afeto e funções cognitivas (SAMPAIO, et al; 2013), o que demonstra a importância do profissional de Educação Física estar trabalhando diariamente a desenvolver um laço afetivo e emocional com os alunos, pois é parte do processo evolutivo dos mesmos. Segundo Strapasson (2013) os benefícios da prática atividades motoras aos alunos da APAE, vão desde socialização, melhora nas habilidades motoras, estímulo de outras atividades físicas, melhora qualidade de vida e saúde, ajuda na capacidade de lidar com problemas e estresse, otimização para

realização de atividades de vida diária.

3.7 Quanto as suas maiores dificuldades

Quando questionados sobre a sua maior dificuldade obtivemos várias respostas, de vários aspectos, desde falta de materiais, falta de espaço tanto interno quanto externo com qualidade para executar atividades com segurança e também o fato de que em algumas instituições é necessário lecionar para alunos de diferente graus de déficit motor e intelectual juntos, e quando isso acontecia, percebeu-se que a evolução segue a curtos passos.

Arends (2005) aponta inúmeras dificuldades dos iniciantes na gestão de aula tais como: 1. não conseguir total percepção do ambiente da sala; 2. perda do controle da turma; 3. falta de preparo para confrontar comportamentos inadequados; 4. lidar com os períodos de transição das aulas; e 5. dificuldades para lidar com a dimensão de liderança que uma boa gestão de aula requisita. É possível visualizar as dificuldades diárias através dos relatos obtidos neste trabalho, corroborando com os demais trabalhos pesquisados.

De fato, há dificuldades diárias e a cada aula nova ministrada se torna uma nova experiência ou um novo desafio vencido. É praticamente impossível que sejam atendidas demandas relacionadas ao processo de inclusão escolar se o investimento financeiro no sistema educacional como um todo, é mínimo (SOUZA, 2011). A falta de investimento e falta de um espaço físico com condições para exercer um bom trabalho diário, foram os mais citados como dificuldades.

4 CONCLUSÃO

Considerando os resultados apresentados, é possível concluir que todos os professores das APAEs de Orleans, Braço do Norte, Gravatal, Tubarão e Criciúma, entrevistados nesse estudo, seguem sua própria metodologia, baseando-se nas experiências adquiridas e necessidades demonstradas pelos alunos e instituição. Esses profissionais, de modo geral, não possuem uma diretriz unificada a ser seguida. Eles utilizam pesquisas científicas referenciadas em aulas de EFA, com ênfase na inclusão da pessoa com deficiência, atrelado às situações vivenciadas nas suas próprias aulas.

Quanto ao perfil dos profissionais desse estudo, que atuam nas APAEs, conclui-se que são em sua maioria do sexo feminino e possuem bastante experiência, tanto de vida quanto de tempo de serviço. As dificuldades relatadas por eles nesse estudo resumem-se à falta de investimento nesse seguimento de ensino, materiais adequados e espaço físico para as

atividades práticas diárias. Além disso, conclui-se que o fato das turmas serem compostas por alunos de diferentes deficiências e, conseqüentemente apresentar necessidades diferentes, desafia tanto a elaboração quanto aplicação das aulas de EFA.

Por fim, o estudo mostrou que os profissionais desse estudo possuem um bom nível de conhecimento na área da EFA, tanto pelo tempo atuante na área, quanto pelos cursos de capacitações contínuas. Sugerem-se novos estudos com esse tema, para que assim essa atividade possa ser melhor valorizada e a atuação do profissional seja facilitada, possibilitando maiores benefícios às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

PLETSCH, M. D. Educação Especial e Inclusão Escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense /RJ. Ci. Huma. e Soc. em Rev., RJ, EDUR, V. 34, n.12, jan / jun, p. 31-48, 2012.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

CARVALHO, E. N. S de; CARVALHO, R. E.; COSTA, S. M. Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PRONI, M. W. Universidade, profissão Educação Física e o mercado de trabalho. Motriz. rev. educ. fis. (Online) vol.16 no.3 Rio Claro July/Sept. 2010.

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GREGUOL, M.; COSTA, R. F. Atividade física adaptada. Barueri: Manole, 2013. p. 1-29.

FCEE. Fundação Catarinense de educação especial. 2020. Disponível em: <<http://www.fcee.sc.gov.br/>>. Acesso em: 12/03/20.

BORELLA, D. R. Atividade física adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de educação física. Programa de pós-graduação em educação especial, tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos. Centro de educação e ciências humanas. 2010.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

SILVA, J. F. S.; BANKOFF, A. D. P. Métodos de avaliação em educação física no ensino fundamental Conexões. v. 8, n. 1, p. 54-76, 2010

NASCIMENTO, H, A. O plano educacional individualizado e o currículo funcional natural como estratégias para favorecer o aprendizado de alunos com deficiência intelectual. Brasil, 2011, nº f. Monografia (Graduação em Pedagogia) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CRUZ, M. L. R. M; MASCARO, C. A. A. C. & NASCIMENTO, H. A. Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado: percurso inicial para elaboração e aplicação. Trabalho apresentado no VI Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: práticas/teorias sociais na contemporaneidade, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

VALADÃO, G. T. Planejamento educacional individualizado na educação especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha. São Carlos: UFSCAR, 2010.

KEMPINSKI, I.V., TASSA, K.O.M. & CRUZ, G.C. Plano Educacional Individualizado: uma Proposta de Intervenção. Revista da Sobama, Marília, v. 16, n. 1, p. 23-32, Jan./Jun., 2015.

VIANNA, M. M. Formação docente colaborativa e a constituição de planos de ensino individualizados. Trabalho apresentado no VI Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: práticas/teorias sociais na contemporaneidade, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, 7 jul. 2015.

DUEK, V.P. Formação Continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 17- 42, junho, 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n2/02.pdf>>

NETO, N. C, JESUS, F. S, ANJOS, W. F. C. EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A partir de atividades recreativas contribuindo para o aprendizado e desenvolvimento dos indivíduos da APAE. Eixo 04 – Educação, Comunicação e Saúde. Anais UNIT, 7º simpósio internacional de educação e comunicação. Aracaju-SE. 2016.

SAMPAIO, P. L. G. et al, PERFIL MOTOR DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN ENTRE 08 E 11 ANOS DE IDADE NA APAE DE SANTARÉM/PA. Fed. Nac. das Apaes - Fenapaes Brasília/DF v. 1 nº 2 P. 37 - 54 mai./ago.2013

STRAPASSON, A. M, STORCH, J. A, BAESSA, D. J. o projeto ama (atividade motora adaptada) e a caracterização dos participantes com necessidades educacionais especiais. Caderno de Educação Física e Esporte, Marechal Cândido Rondon, v. 11, n. 2, p. 79-88, jul./dez. 2013.

ARENDS, Richard. Aprender a ensinar Aprender a ensinar Aprender a ensinar. Lisboa: McGraw-Hill, 2005.

SOUZA, A. L. L. de. Qualidade do ensino público e democratização da gestão escolar: pressupostos, implicações e perspectivas. Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade de ensino (pp. 278-291). Brasília: Líber Livro. 2011.

APÊNDICE A - Questionário



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA CONTEÚDOS TRABALHADOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM ALUNOS DA APAE DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CURSO EDUCAÇÃO FÍSICA

1 - Qual ano de graduação e tempo de serviço na APAE?

Graduação:

Serviço na APAE:

2 - Sexo e idade?

() Homem

() Mulher

IDADE:

3 - Na grade curricular da sua graduação, teve alguma disciplina destinada a Educação Física Adaptada, para Pessoas com Deficiência (PcD)?

() Sim

() Não

4 - De 0 a 10 qual seria o nível de importância dessa disciplina para você ?

--

5 - Após a conclusão da graduação, até os dias atuais, você buscou algum curso sobre esse tema?

() Sim

() Não

6 - Você se sente preparado para exercer a função de professor de Educação Física na APAE?

() Sim

() Não

7 - Como você percebe a evolução dos alunos durante o tempo em que trabalha nessa instituição?

--

8 – Você segue alguma diretriz, protocolo ou metodologia nas suas aulas?

() Não

() Sim. Qual/Quais?

9 - Qual sua maior dificuldade nas aulas?

10 - Referente aos cursos feitos após a graduação na área de educação especial, se possível citar qual curso (nome ou em que área) e em que ano fez.

11 - Existe algum incentivo ou investimento aos professores para essa formação continuada na área?

12 - Na sua folha do questionário cita que você utiliza o currículo funcional para planejamento das aulas, você poderia dizer com mais detalhes o que é este documento? porque ele é utilizado e como você planeja através dele? ou se utiliza mais alguma fonte para esse planejamento..

13 - Existem diversos tipos de deficiências, como você planeja e executa as aulas para essas diferentes necessidades?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA CAMPUS TUBARÃO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada “CONTEÚDOS TRABALHADOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM ALUNOS DA APAE DE CINCO MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA”, coordenada pela Professora Carolina Barbosa da Silva. O objetivo deste estudo é entender o conteúdo aplicado nas aulas de educação física nas APAE das cidades de Orleans, Braço do Norte, Gravatal, Tubarão e Criciúma. Caso você aceite participar, assine ao final deste documento e rubrique todas as suas páginas deste documento que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável, que também assinará e rubricará todas as vias e também precisará responder um breve questionário com agendamento prévio, contendo treze perguntas objetivas e descritivas, entregues em folhas A4, que deverão ser respondidas a caneta, o que deve dispendar cerca de entre 15 a 20 minutos. A abordagem será feita no horário de aula da instituição para a aplicação do questionário, no período da 7:30h as 11:30h das 13:30h as 17:30h, podendo ou não estar em sala de aula, com os devidos cuidados para não interrupção das atividades da turma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: “CONTEÚDOS TRABALHADOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM ALUNOS DA APAE DE CINCO MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA”

Pesquisador Responsável: Carolina Barbosa da Silva
Telefone para contato: (48) 99996-9944
E-mail para contato: carolinabarbosa176@gmail.com

Pesquisador: Roberto Natanael Ferreira
Telefone para contato: (48) 991158151
E-mail para contato: natafutsal@hotmail.com

Riscos e Benefícios

Com sua participação nesta pesquisa, você estará exposto a riscos mínimos, como possível constrangimento, divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE), ou exceder o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista. Para minimizar este risco e desconfortos, garantiremos local reservado, asseguraremos a confidencialidade e a privacidade dos resultados. Os benefícios são indiretos, mas de grande valia pela contribuição de demais pesquisas.

Sigilo, Anonimato e Privacidade

O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem sua identificação. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Se com a sua participação na pesquisa for detectado que você apresenta alguma condição que precise de tratamento, você receberá orientação da equipe de pesquisa, de forma a receber um atendimento especializado. Você também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone, a partir dos contatos dos pesquisadores que constam no final do documento.

Devolutiva dos resultados

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de dezembro de 2020, após a computação dos dados pelos e-mails abaixo descritos. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa somente poderão ser utilizados para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

Ressarcimento e Indenização

Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos a você. No entanto, caso você tenha alguma despesa decorrente da sua participação, tais como transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido do valor gasto serão pagos em dinheiro. Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, você será indenizado, conforme determina a lei. Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com você.

Consentimento de Participação

Eu _____ concordo em participar, voluntariamente da pesquisa intitulada “CONTEÚDOS TRABALHADOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM ALUNOS DA APAE DE CINCO MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA” conforme informações contidas neste TCLE.

Local e data:

Assinatura:

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética da UNISUL pelo telefone (48) 3279-1036 entre segunda e sexta-feira das 9 às 17horas ou pelo e-mail cep.contato@unisul.br.

APÊNDICE C – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas

Com a finalidade da obtenção do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP-UNISUL, os representantes legais das instituições envolvidas no projeto de pesquisa intitulado " CONTEÚDOS TRABALHADOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM ALUNOS DA APAE DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA" que tem como objetivo “propor entender o conteúdo aplicado nas aulas de educação física nas fundações APAE nas cidades de Orleans, Braço do Norte, Gravatal, Tubarão e Criciúma”, DECLARAM estarem cientes e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos desde que os pesquisadores executem o referido projeto de pesquisa com observância do que dispõe a Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Para preenchimento do Pesquisador (a) responsável e Coordenação de Curso ¹	
Pesquisador (a) responsável:	Carolina Barbosa da Silva
Curso de Graduação ou Pós-Graduação ao qual o (a) pesquisador (a) responsável está vinculado:	Educação física licenciatura
Curso de Graduação ou Pós-Graduação ao qual a presente pesquisa está vinculada:	Educação física licenciatura
Campus e Unidade:	Unisul - Tubarão
Projeto vinculado a: (X) TCC de Graduação () Unidade de Aprendizagem ² () Monografia/ Especialização ³ () Mestrado ³ () Doutorado ³ () Pós-doutorado ³ () Pesquisador (a) responsável do <i>stricto sensu</i>	() Financiamento externo. Citar ⁴ : Projeto aprovado em edital: () PUIC () Art. 170 () PIBIC () Art. 171 () PIBITI () Projeto de Extensão

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável (UNISUL)
Carolina Barbosa da Silva

Assinatura do responsável pela instituição proponente (UNISUL)
Luciane Lara Acco
*assinatura e carimbo institucional

Assinatura do responsável da instituição co-participante
*assinatura/carimbo (CNPJ/CPF, cargo, nome)